

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

MAPFRE Seguros Gerais S.A. Demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022

Índice

Relatório da AdministraçãoRelatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intern	nediárias
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	
Besumo do relatório do Comitê de Auditoria	70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas.

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes à MAPFRE Seguros Gerais S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021 e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A pandemia e seus impactos

As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, o Grupo MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações.

Desde o início da pandemia, por meio da *Fundación* MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, às medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2021, foi aportado um valor de R\$ 17 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); desnutrição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas. No primeiro semestre de 2022 a *Fundación* não fez nenhum aporte relacionado à COVID-19.

Pensando no bem-estar dos colaboradores foi adotado o trabalho remoto em modelo híbrido, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram no primeiro semestre de 2022 R\$ 4.979,2 bilhões, com aumento de R\$ 784,1 milhões ou 18,7% em relação ao mesmo período de 2021. O crescimento ocorreu, principalmente, em função das carteiras de agronegócios, com 61,6% de acréscimo, e do segmento de pessoas, com 14,3% de crescimento.

Sinistralidade

No primeiro semestre de 2022, a sinistralidade média apresentou índice de 64,3%, um aumento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento da sinistralidade foi notado nas carteiras de automóvel, impactada pela valorização dos veículos de acordo com a tabela FIPE, gerando aumento no custo médio das indenizações e na carteira de agronegócios, impactada diretamente pelas secas na região centro sul do país.

Despesas administrativas

No primeiro semestre, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,6%, aumento de 0,9p.p. em relação ao mesmo período de 2021.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no primeiro semestre de 2022 R\$ 148,8 milhões, aumento de R\$ 56,9 milhões ou 61,9% em relação ao ano anterior. O aumento se deu em decorrência, principalmente pelo aumento da taxa SELIC ao longo do primeiro semestre de 2022, refletindo positivamente nos títulos indexados a este indicador.

Resultado do semestre

No primeiro semestre de 2022, a empresa totalizou um prejuízo de R\$ 28,2 milhões, redução de R\$ 165,6 milhões, ou seja, queda de 120,6%, em relação ao período anterior, principalmente impactado pela sinistralidade das carteiras de automóveis e agronegócios.

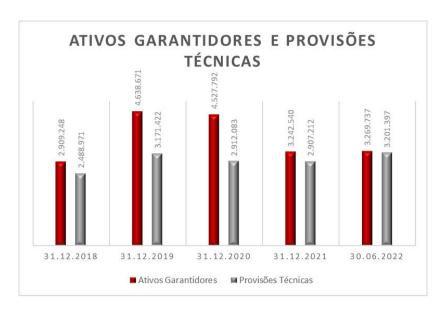
Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no primeiro semestre de 2022 foi de 105,7%, aumento de 8,5 p.p. em relação aos 97,2% do mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre, principalmente, do aumento do índice de sinistralidade em 1,8p.p e no índice de resultado de resseguro em 7,0p.p, em decorrência do aumento nas emissões dos produtos de Riscos Industriais (Grandes Riscos) com contratos de cessão de resseguro.

O Índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no primeiro semestre de 2022 foi de 102,1%, aumento de 7,5 p.p. em relação ao mesmo período ano anterior.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a MAPFRE Seguros Gerais declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 840,3 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título. Embora a seguradora tenha apresentado um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, a liquidez está garantida por aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geram fluxos de caixa positivos nas operações. A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Controles internos

A atuação da área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e dar confiabilidade às práticas adotadas, o que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações, e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta, ainda, com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n°13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse

relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Seguros Gerais S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de seguros e resseguros (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do Teste de adequação de passivos

Veja as Notas nos 3(j), 3(k), 22 e 26 das demonstrações financeiras intermediárias.

Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de resseguros, nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE). Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar as referidas provisões técnicas de seguros e resseguros, a Seguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros e resseguro citadas como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (PSL, IBNR, IBNER e PPNG-RVNE);
- (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:
- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Seguradora;
- na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem;
- no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões (IBNeR, IBNR e PPNG-RVNE) incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; e
- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados.

- (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados dos prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;
- (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de resseguro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e
- (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Veja as Notas nºs 3(p) e 30(b) das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros.

Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuro.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários.
- (ii) Obtenção do estudo atualizado de realização dos créditos tributários para a data-base de 30 de junho de 2022 e comparação com a expectativa de realização constante no estudo anterior, bem como o montante efetivamente realizado no período;
- (ii) Conferência da exatidação matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários; e
- (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cukadawo, Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

MAPFRE Seguros Gerais S.A.
Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		9.513.424	7.965.082
Disponível	5	182.409	20.145
Caixa e bancos		182.409	20.145
Equivalente de caixa	5	8.822	40.073
Aplicações	6	848.571	545.802
Créditos das operações com seguros e resseguros		3.506.441	2.664.190
Prêmios a receber	7	3.020.742	2.398.504
Operações com seguradoras		59.387	23.477
Operações com resseguradoras	8a	426.312	242.209
Outros créditos operacionais	9	171.290	56.984
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	3.637.211	3.508.946
Títulos e créditos a receber		365.426	392.451
Títulos e créditos a receber	10a	227.282	222.512
Créditos tributários e previdenciários	29b	111.249	144.754
Outros créditos		26.895	25.185
Outros valores e bens		138.850	127.036
Bens a venda	11b	53.771	50.921
Outros valores	11c	85.079	76.115
Despesas antecipadas		26.030	25.824
Custos de aquisição diferidos	12	628.374	583.631
Seguros		628.374	583.631
Ativo não circulante		6.946.841	6.714.891
Realizável a longo prazo		6.295.267	6.122.199
Aplicações	6	2.406.985	2.651.468
Créditos das operações com seguros e resseguros		190.083	99.638
Prêmios a receber	7	190.083	99.638
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	1.271.154	1.124.610
Títulos e créditos a receber		1.966.870	1.858.589
Créditos tributários e previdenciários	30b	1.149.072	1.053.667
Depósitos judiciais e fiscais	27a	817.798	804.922
Outros valores e bens	11a	210.309	170.189
Custos de aquisição diferidos	12	249.866	217.705
Seguros		249.866	217.705
Investimentos		1.123	1.042
Participações societárias		1.089	996
Outros investimentos		34	46
Imobilizado	13	68.830	64.686
Imóveis de uso próprio		20.141	16.396
Bens móveis		20.712	19.263
Outras imobilizações		27.977	29.027
Intangível	14	581.621	526.964
Total do ativo		16.460.265	14.679.973
		10.100.200	1-10701070

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		10.467.909	8.891.716
Contas a pagar		600.627	509.278
Obrigações a pagar	15	339.262	314.872
Impostos e encargos sociais a recolher	16	204.630	150.257
Encargos trabalhistas		49.458	35.678
Impostos e contribuições	17	7.277	8.471
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.744.779	1.110.900
Prêmios a restituir		6.036	10.522
Operações com seguradoras	18	101.507	16.674
Operações com resseguradoras	8b	1.206.005	695.350
Corretores de seguros e resseguros	19	366.307	321.198
Outros débitos operacionais	20	64.924	67.156
Depósitos de terceiros	21	587.619	193.279
Provisões técnicas – seguros	22	7.440.653	7.012.215
Danos		7.170.093	6.766.469
Pessoas		239.869	227.752
Vida		30.691	17.994
Outros débitos	25	94.231	66.044
Débitos diversos		94.231	66.044
Passivo não circulante		3.590.783	3.362.933
Provisões técnicas – seguros	22	2.666.152	2.441.649
Danos		2.257.258	2.121.452
Pessoas		318.485	267.802
Vida		90.409	52.395
Outros débitos		924.631	921.284
Provisões judiciais	27	789.986	787.454
Débitos diversos	25	134.645	133.830
Patrimônio líquido	28	2.401.573	2.425.324
Capital social		2.408.177	2.408.177
Aumento de capital (em aprovação)		75.000	-
Reservas de capital		542	542
Reservas de reavaliação		397	397
Reservas de lucros		180.050	180.050
Ajustes de avaliação patrimonial		(234.359)	(163.842)
Prejuízos acumulados		(28.234)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		16.460.265	14.679.973

Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Prêmios emitidos	29b	4.979.192	4.195.121
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	29c	(819.070)	(525.569)
(=) Prêmios ganhos	29a	4.160.122	3.669.552
(-) Sinistros ocorridos	29d	(2.675.761)	(2.292.908)
(-) Custos de aquisição	29e	(706.796)	(657.082)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	29 f	(141.810)	(96.828)
(-) Resultado com operações de resseguro	29g	(292.942)	(1.667)
(+) Receitas com resseguro		956.290	1.092.045
(-) Despesas com resseguro		(1.265.674)	(1.096.990)
(+) Outros resultados com resseguros		16.442	3.278
(-) Despesas administrativas	29h	(522.813)	(429.145)
(-) Despesas com tributos	29i	(56.563)	(87.586)
(+) Resultado financeiro	29j	148.815	91.915
(+) Resultado patrimonial		98	7
(=) Resultado operacional		(87.650)	196.258
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(16)	546
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(87.666)	196.804
(-) Imposto de renda	30a	37.295	(29.016)
(-) Contribuição social	30a	12.122	(25.530)
(+/-) Participações sobre o resultado		10.015	(4.898)
(=) (Prejuízo)/Lucro líquido do semestre		(28.234)	137.360
(/) Quantidade de ações		1.692.948.892	1.692.948.892
(=) (Prejuízo)/Lucro líquido por ação		(0,02)	0,08

Demonstrações dos resultados abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre Outros resultados abrangentes	(28.234) (70.517)	137.360 (160.141)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(117.529)	(266.901)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	47.012 (98.751)	106.760 (22.781)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

			Reservas de capital			Reserv	as de lucros			
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	2.408.177	-	497	45	397	78.264	165.658	90.678	-	2.743.716
Adoção inicial – CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	(9.086)	-	-	(9.086)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(160.141)	-	(160.141)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	137.360	137.360
Saldo em 30 de junho de 2021	2.408.177	-	497	45	397	78.264	156.572	(69.463)	137.360	2.711.849
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.408.177	-	497	45	397	84.939	95.111	(163.842)	-	2.425.324
Aumento de capital em aprovação processo nº 15414.619360/2022-17 AGE de 30 de junho de 2022	-	75.000	-	-	-	-	-	-	-	75.000
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(70.517)	-	(70.517)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.234)	(28.234)
Saldo em 30 de junho de 2022	2.408.177	75.000	497	45	397	84.939	95.111	(234.359)	(28.234)	2.401.573

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) / Lucro líquido do semestre	(28.234)	137.360
Ajustes para:	3.599.841	3.009.280
Depreciação e amortizações	28.500	31.257
Depreciação de direito de uso	11.847	10.114
Aumento (Reversão) de redução ao valor recuperável dos ativos	(4.945)	3.915
Variações das provisões técnicas	3.663.917	2.975.734
Ganhos e perdas com ativos não correntes	16	(546)
Juros sobre arrendamento	12.011	9.964
Custos de aquisição diferidos	(76.904)	(66.038)
Tributos diferidos	(49.794)	32.648
Outros ajustes	15.193	12.232
Variação nas contas patrimoniais:	(3.378.009)	(2.946.267)
Aplicações	(175.815)	447.567
Créditos das operações de seguros e resseguros	(903.119)	(173.826)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	(274.809)	(992.502)
Créditos tributários e previdenciários	(34.905)	(10.048)
Outros valores e bens	(2.850)	(20.360)
Despesas antecipadas	(206)	(17.508)
Outros ativos	(121.742)	2.293
Depósitos judiciais e fiscais	(12.876)	(4.367)
Obrigações a pagar	24.390	(59.597)
Impostos e contribuições	(1.194)	32.997
Débitos de operações com seguros e resseguros	601.257	(62.906)
Depósitos de terceiros	394.340	(152.323)
Provisões técnicas – seguros	(3.010.976)	(1.952.970)
Provisões judiciais	2.532	(11.123)
Outros passivos	68.154	28.406
Caixa gerado pelas operações	193.598	200.373
Juros pagos sobre arrendamento	(19.514)	(16.378)
Imposto de renda pago sobre o lucro	-	(14.445)
Contribuição social paga sobre o lucro	_	(14.109)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	174.084	155.441
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(102.610)	(140.232)
Imobilizado	(17.941)	(16.666)
Intangível	(84.669)	(123.566)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(102.610)	(140.232)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1021010)	(140.202)
Dividendos pagos	-	(53.198)
Pagamento de passivos de arrendamento	(15.461)	(13.977)
Aumento de capital	75.000	-
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de financiamento	59.539	(67.175)
Aumento líquido / (Redução líquida) de caixa e equivalente de caixa	131.013	(51.966)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	60.218	90.471
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	191.231	38.505
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras inter	mediárias.	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

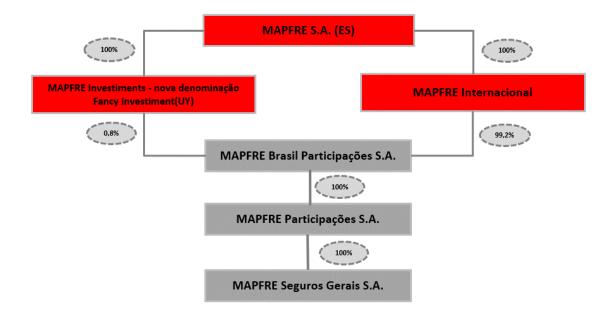
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar em seguros e cosseguros nos ramos de vida e elementares, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38.

A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 30 de junho de 2022, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 — Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Comparabilidade

Em 30 de junho de 2021, a Seguradora reclassificou, os valores de Custo de Aquisição Diferidos e Tributos Diferidos, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais, nos ajustes ao lucro líquido do semestre apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Adicionalmente os valores de Juros pagos sobre arrendamento apresentados anteriormente como caixa líquido das atividades de investimentos, entretanto devem ser considerados como caixa líquido das atividades operacionais. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa do semestre.

c) Continuidade

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos, estimativas e premissas realizadas pela Administração, as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às estimativas contábeis, estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; e *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

- Nota 3f Classificação dos contratos de seguro;
- Notas 3j, 3k, 22 e 26 Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 3a e 6 Aplicações e instrumentos financeiros;
- Nota 10b Ressarcimento a receber estimados;
- Notas 3b e 7 Prêmios a Receber (redução ao valor recuperável);
- Notas 3I e 27- Provisões judiciais; e
- Notas 3p e 30 Imposto de renda e contribuição social diferidos.

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

g) Normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17).

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17)

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras intermediárias avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está na fase de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras intermediárias, que até o momento não puderam ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1° de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e instrumentos financeiros

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros, cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros não classificados em alguma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo sendo que as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é contabilmente "baixado", o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício correspondente.

iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados com o propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas na nota nº 6c.

vi. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluídos os títulos patrimoniais) tiveram redução de valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou em caso de iliquidez no mercado para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado com contrapartida em conta redutora do ativo correspondente. Quando há reversão subsequente da perda de valor esta é registrada no resultado.

A perda de valor ("redução ao valor recuperável") nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. O valor desta reclassificação é dado pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido do valor da perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Por sua vez, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

ii. Operações de seguros e resseguros

Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável — RVR, conforme estudo interno, sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e bruta dos componentes do prêmio base, como comissões liquida de custos de aquisição diferida - CAD, comissão de estipulante, cosseguros, resseguros cedidos e IOF, onde a RVR é reconhecida apenas liquida das provisões técnicas, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Para os prêmios diretos de riscos a decorrer foi utilizado estudo técnico que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, representados por percentuais de perdas, segregados entre faixas de vencimento. No que se refere aos prêmios a receber aceitos é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 dias da data do vencimento.

Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado.

A Redução ao Valor Recuperável - RVR sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, conforme artigo 139, inciso III, que considera o total dos créditos vencidos acima de 180 dias.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

c) Outros valores e bens

Bens a venda – Salvados

Substancialmente oriundo de indenizações integrais, os salvados à venda são estimados e contabilizados, pelo resultado da combinação do histórico de vendas da Seguradora e da tabela FIPE ou Molicar, líquido dos custos de venda.

Salvados e ressarcimentos estimados

Salvados e ressarcimentos estimados são calculados pelo uso de técnicas estatísticas e atuariais, especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

A Seguradora registra esse ativo de forma segregada em relação aos "salvados e ressarcimentos não estimados"; os salvados são registrados no grupo de "Outros valores e bens" e os ressarcimentos são registrados em "Títulos e créditos a receber", conforme Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021.

Direito de uso – Adoção CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos estabelece que se deve reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. Também determina a norma que esse reconhecimento seja realizado no "ativo de direito de uso" e de um passivo de "arrendamento", que serão contabilmente realizados por meio da conta de "despesa de depreciação dos ativos de arrendamento" e "despesa financeira", esta última oriunda dos juros sobre o passivo. Antes da edição do CPC 06 as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Os "ativos de direito de uso" (substancialmente aluguéis de imóveis e veículos) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existirem) os custos incrementais necessários para obtenção de um novo contrato de arrendamento, que de outra forma não teriam sido incorridos.

O "ativo de direito de uso" é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, exceto se o arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra, o arrendatário deve depreciar o ativo de direito de uso desde a data de início até o fim da vida útil do ativo subjacente que é determinada na mesma base que a do imóvel. Além disso, "o ativo de direito de uso" é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas reavaliações do passivo de arrendamento.

O passivo "arrendamentos", por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental de financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

O passivo "arrendamentos" é mensurado pelo custo amortizado, no uso do método dos juros efetivos. É reavaliado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação sobre o exercício de uma opção de compra, extensão ou rescisão do contrato ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é reavaliado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

d) Imobilizado

O "ativo imobilizado de uso próprio" compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo registrado contabilmente pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, por reduzido pela depreciação acumulada e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

"Gastos subsequentes" são capitalizados somente quando são associados a benefícios econômicos futuros e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13.

e) Intangível

Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e os canais de distribuição (canal *affinity*).

As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear consideradas as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14 e o contrato de exploração de canal *affinity*, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos no referido canal.

f) Classificação dos contratos de seguro

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

g) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base "*pro-rata-die*", ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

h) Resseguro

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco anteriormente assumido. Na operação a Seguradora mitiga suas responsabilidades na aceitação de certo risco eventualmente considerado excessivo e cede a um ressegurador parte ou toda a responsabilidade e do prêmio correspondente recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos junto a terceiros o que contribui para a segurança do mercado.

Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados no resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

apropriadas no resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados no resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e, caso a caso, nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional".

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b ii.

Os valores a receber e a pagar junto aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

i) Custos de aquisição diferidos

São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro-rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 24 meses.

j) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "*pro-rata-die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

A "Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE" é calculada com base em experiência histórica de 24 meses que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados. Inclui o ajuste do "Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avisados – IBNeR", como complemento da "Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL", considerado o desenvolvimento agregado dos "sinistros avisados e ainda não pagos", cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A constituição desta última provisão é baseada no método de desenvolvimento de sinistros pagos/incorridos, o que envolve a construção de triângulos de 48 trimestres. O objetivo é estimar os valores finais totais esperados de pagamentos de sinistros para determinado período. A combinação do método de desenvolvimento de sinistros pagos e/ou incorridos é utilizada na apuração do *IBNP – Incurred But Not Paid*.

A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o método do desenvolvimento das despesas pagas, partindo do pressuposto de que os pagamentos referentes às despesas ocorridas em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores.

A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, o que envolve a construção de triângulos de 48 trimestres, que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e o aviso do sinistro, para definição da metodologia aplicada. O cálculo é baseado no método de desenvolvimento dos sinistros avisados que consiste em apurar os avisos referentes aos sinistros ocorridos em um dado período e como se desenvolverão em relação àqueles observados em períodos de ocorrências anteriores.

k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP

A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 – Contratos de Seguro, Resolução CNSP n° 432/2021 e Circular SUSEP n° 648/2021 ambas 12 de novembro de 2021, a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro.

O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos – PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 59,2% para a Seguradora.

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data base.

I) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação.

As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

m) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida em que o serviço é prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrados pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

n) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluídas as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. Em 28 de abril de 2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória - MP nº 1.115/2022, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1° de agosto de 2022 a 31 de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

dezembro de 2022. A Seguradora avaliou os impactos da majoração da alíquota e concluiu que os efeitos não são materiais .

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

q) Participações nos lucros

A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido alguma mudança significativa na política de remuneração. O valor é atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil, incluindo empresas do conglomerado, como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

- a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.
- b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.
- c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Seguradora. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos a tempo.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança:

- Conselho de Administração: é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- Comitê de Auditoria: é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Comitê de Direção: tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e, ainda, desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Seguradora.
- Comitê de Investimentos: tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO MAPFRE Brasil no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e a estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE. e
- Comissão de Riscos: com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade e continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo um controle efetivo.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

Concentração de riscos

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

											30	/06/202
Região geográ	fica AUTO	%	DANOS	%	PESSOAS	%	RURAL	%	DEMAIS	%	TOTAL	9
Centro Oeste	99.830	2%	31.964	1%	74.903	2%	54.321	1%	14.185	0%	275.203	69
Nordeste	139.133	3%	13.898	0%	22.547	0%	20.289	0%	13.681	0%	209.548	49
Norte	38.247	1%	10.168	0%	6.502	0%	7.023	0%	15.222	0%	77.162	29
Sudeste	1.155.411	23%	1.146.912	23%	188.817	4%	109.398	2%	779.675	16%	3.380.213	689
Sul	277.556	6%	223.217	4%	104.046	2%	335.663	7%	79.133	2%	1.019.615	219
Γotal	1.710.177	34%	1.426.159	29%	396.815	8%	526.694	11%	901.896	18%	4.961.741	1009
										Lío	quido de resse	guro (**
											30	/06/202
Região <mark>geográ</mark>	fica AUTO	%	DANOS	%	PESSOAS	%	RURAL	%	DEMAIS	%	TOTAL	9
Centro Oeste	99.830	3%	24.241	1%	74.894	2%	43.635	1%	8.735	0%	251.335	89
Nordeste	139.133	4%	11.142	0%	22.532	1%	17.771	1%	6.628	0%	197.206	69
Norte	38.247	1%	6.651	0%	6.496	0%	6.840	0%	14.441	0%	72.675	2%
Sudeste	1.155.411	35%	248.448	8%	186.906	6%	61.289	2%	330.705	10%	1.982.759	619
Sul	277.556	9%	91.285	3%	104.018	3%	221.932	7%	63.031	2%	757.822	239
Total .	1.710.177	52%	381.767	12%	394.846	12%	351.467	11%	423.540	13%	3.261.797	1009
											Bruto de resse	eguro (
				<u>-</u>						<u>-</u>	30	/06/202
Região geográ	fica AUTO	%	DANOS	%	PESSOAS	%	RURAL	%	DEMAIS	%	TOTAL	9
Centro Oeste	51.839	1%	23.764	1%	68.410	2%	34.371	1%	11.847	0%	190.231	59
Nordeste	108.014	3%	16.719	0%	25.678	1%	11.756	0%	10.837	0%	173.004	49
Norte	20.370	1%	10.721	0%	5.941	0%	6.224	0%	14.145	0%	57.401	19
Sudeste	1.068.304	26%	924.248	22%	171.155	4%	62.777	1%	811.091	19%	3.037.575	729
Sul	204.528	5%	193.231	5%	75.925	2%	210.847	5%	50.764	1%	735.295	189
Total	1.453.055	36%	1.168.683	28%	347.109	9%	325.975	7%	898.684	20%	4.193.506	1009
										Lío	quido de resse	guro (*ʾ
												/06/202
Região geográ	fica AUTO	%	DANOS	%	PESSOAS	%	RURAL	%	DEMAIS	%	TOTAL	•
Centro Oeste	51.839	2%	14.810	1%	68.407	3%	27.099	1%	7.103	0%	169.258	79
lordeste	108.014	4%	10.656	0%	25.672	1%	11.223	0%	6.163	0%	161.728	59
Vorte	20.370	1%	3.723	0%	5.939	0%	6.216	0%	13.887	1%	50.135	29
Sudeste	1.068.304	39%	220.845	8%	169.830	6%	40.029	1%	288.159	11%	1.787.167	659
Sul	204.528	8%	69.851	3%	75.272	3%	148.907	5%	45.243	2%	543.801	21
Γotal	1.453.055	54%	319.885	12%	345.120	13%	233,474	7%	360.555	14%	2.712.089	100°

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

- a) Sinistralidade: simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da Seguradora, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento do desvio médio da sinistralidade observada. O estresse contempla períodos da pandemia pelo COVID-19.
- **b) Despesas administrativas:** simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da carteira; este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

			30/06/2022
Fator de risco		Impacto patrimôi	nio líquido/no resultado
rator de risco			(bruto de impostos)
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(546.186)	(314.036)
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(96.375)	(96.375)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos; é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas, por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro n\u00e3o efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortiza\u00f3\u00f3es previstas para cada t\u00eattulo; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos.

Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE *Compañía de Reaseguros* S.A. e MAPFRE *Global Risks Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros S.A.*, foi considerado o *rating* da MAPFRE *RE Compañía de Reaseguros S.A.*.

Prêmio cedido aos resseguradores:

				30/06/2022				30/06/2021
Rating	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AA+	-	-	353	353		-	899	899
AA	-	11.138	-	11.138	-	16.516	971	17.487
AA-	29.208	11.459	-	40.667	11.755	16.834	-	28.589
A++	-	6.288	747	7.035	-	5.773	-	5.773
A+	468.274	12.727	40.635	521.636	396.063	218.744	9.132	623.939
Α	1.294	746.046	16.999	764.339	2.323	580.890	12.112	595.325
A-	242.951	-	12.642	255.593	196.131	-	4.302	200.433
BrAAA	3.965	-	-	3.965	8.962	-	-	8.962
BrAA+	13	-	-	13	10	-	-	10
BBB+	-	-	136	136	-	-	-	-
BBB	-	95.066	-	95.066	-	-	-	-
Total	745.705	882.724	71.512	1.699.941	419.113	838.757	27.416	1.481.417
/*\ NIão isolu	: DV/NE do roo		anta da De 14	200 (D# 1 677 a	طمينة ماء مص	a da 2021)		

(*) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ 14.309 (R\$ 1.677 em 30 de junho de 2021).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*.

Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

			31/12/2021			
Ativos financeiros - rating	BB-	Sem rating	Total	AAA	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	3.254.777	-	3.254.777	3.196.314	-	3.196.314
Quotas de fundos de investimentos	-	1.228	1.228	-	1.304	1.304
Caixa/contas a pagar/receber	-	(449)	(449)	-	(348)	(348)
Total	3.254.777	779	3.255.556	3.196.314	956	3.197.270

^(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 206.471 (R\$ 125.353 em 31 de dezembro de 2021) com lastro em títulos públicos.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atiniam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, estabeleceu novo critério para o Risco de Liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021.

A metodologia utilizada pela Seguradora está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez					
>= 100%	Cumprimento total				
< 100% - 90%	Zona Verde				
< 90% - 30%	Zona Amarela				
< 30%	Zona Vermelha				

Provisão a cobrir (a) Ativos garantidores (b)	3.201.397 3.269.737
Fator de risco de liquidez (c)	5,30%
Risco de liquidez (d)=(a)*(c) Verde Amarelo Vermelho	169.674 17.071 102.427 51.213
Provisão a cobrir + Risco de liquidez (e)=(a)+(d)	3.371.071
Índice de liquidez (b)/(e)	0,97
Insuficiência (b)-(e)	(101.335)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Classificação do nível de liquidez

Zona amarela

A norma estabelece que as posições na zona amarela podem ser mantidas e as seguintes medidas de controle e vigilância deverão ser realizadas: analisar alternativas para redução da carga de capital para o risco de mercado; estudar emissões de dívida subordinada ou outras alternativas para melhorar a posição de solvência; estudar uma redução na distribuição de dividendos; e estudar a utilização de atenuantes de riscos adicionais.

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos.

Não obstante a Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição das faixas do *aging* do ativo e do passivo e resultado negativo no capital circulante líquido, conforme a tabela abaixo, a liquidez está garantida por aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geram fluxos de caixa positivos nas operações.

		30/06/2022
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	701.842	1.555.151
Fluxo de 1 a 5 anos	2.085.435	174.471
Fluxo acima de 5 anos	482.460	84.262
Total	3.269.737	1.813.884

^(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras. As aplicações classificadas nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Seguradora

Risco de mercado

Risco de mercado representa alterações nos preços de ativos financeiros, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que afetam os ganhos da Seguradora ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições desses ativos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda., com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk - VaR e Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Seguradora, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de:

^(**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas líquidas de resseguro e de direito creditório. Os fluxos consideram a avaliação de ALM - Asset Liability Management da Seguradora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

		30/06/2022
Fundo	VaR	Patrimônio
Carteira	20.054	3.646.067

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos os quais mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 4,54 anos (3,53 anos em 31 de dezembro de 2021) frente a um patrimônio de R\$ 3.646.067 (R\$ 3.470.339 em 31 de dezembro de 2021) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* títulos indexados a índices de inflação, em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 3.646.067 (R\$ 3.243.340 em 31 de dezembro de 2021), incluindo operações compromissadas.

Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	30/06/2022
	Impacto no patrimônio líquido/resultado
	(bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	66.098
b) Redução de taxas	(69.232)

Parâmetro:100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do Risco Operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos. Por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

Outro mecanismo de avaliação se reflete na avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Resolução CNSP 416

Com a publicação da Resolução CNSP 416/2021 de 20 de julho de 2021, às seguradoras devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considerem, como mínimo, o foco nos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- · Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

No caso da Seguradora, conforme admitido por esta Resolução, foram considerados também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

- Cibernético;
- Conformidade;
- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental Social e de Governança.

Para a implementação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, foi criado em 2021 um Grupo de Trabalho interno, com representantes de diferentes áreas onde é avaliado o impacto da normativa e estabelecidos os planos de ação para a sua total implementação.

Até a presente data, o cronograma está sendo seguido e atividades como Constituição do Comitê de Riscos, Políticas de Controles Internos, Política e Plano de Conformidade já foram definidos. Adicionalmente, será implementada a Resolução considerando o SCI/EGR unificados incluindo a MAPFRE RE, considerando que está última faz parte do mesmo grupo Prudencial da MAPFRE.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deve possuir, de maneira continua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora.

A Seguradora tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

A partir de dezembro de 2021 passa a vigorar a Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021, em que é estabelecido a Qualidade do PLA para efeito de cobertura do CMR.

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR.

A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido (a) Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior Despesas antecipadas Créditos tributários - prejuízos fiscais IR/bases negativas de contribuição social Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR Ativos intangíveis Obras de arte Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG 1. Ajustes contábeis (b)	2.401.573 (1.089) (26.030) (722.480) (67.690) (581.621) (34) (1.894) (1.400.838)
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	8.509 308.041

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	316.550
PLA - Nível I (*)	822.219
PLA - Nível II	308.041
PLA - Nível III	187.025
Subtotal PLA - Nível (d)	1.317.285
Limitador CMR - PLA Nível I	822.219
Limitador CMR - PLA Nível II	308.041
Limitador CMR - PLA Nível III	166.884
Subtotal PLA - Limitador (e)	1.297.144
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível II e PLA de Nível III (f)	(20.141)
4. PLA (Total) = PL + Ajustes contábeis + Ajustes econômicos + Ajustes do excesso de Nível II e III (e = a+b+c+d)	1.297.144
5. Capital mínimo requerido	
Capital base (CB)	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	1.112.559
Capital de risco de subscrição	853.012
Capital de risco de crédito	287.165
Capital de risco operacional	51.046
Capital de risco de mercado	106.122
Correlação entre os riscos	(184.786)
Capital mínimo requerido (g)	1.112.559
Suficiência de capital (h = e - f)	184.585
Suficiência de capital (g / f)	16,6%
Îndice de solvência (i = e / f) (*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP 432/2021.	1,17

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	182.409	20.145
Equivalente de caixa	8.822	40.073
Total de caixa e equivalente de caixa	191.231	60.218

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

	HierarquiaVencimento				Ativos				Total				
Títulos	a valor justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	30/06/2022	%	31/12/2021	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G-F)	(E)		(H)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		227.547	164.019	43.022	(449)	434.139	434.051	434.139	88	434.139	13%	274.850	9%
Fundos de investimentos		227.547	164.019	43.022	(449)	434.139	434.051	434.139	88	434.139	100%	274.850	100%
Letras financeiras do tesouro – LFT	1	19.760	163.910	43.005	-	226.675	226.574	226.675	101	226.675	52%	147.749	54%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	1	-	17	-	18	21	18	(3)	18	0%	2	0%
Títulos da dívida agrária – TDA	2	87	109	-	-	196	206	196	(10)	196	0%	790	0%
Quotas de fundos de investimentos	2	-	-	-	1.228	1.228	1.228	1.228	-	1.228	0%	1.304	0%
Operações compromissadas (*)	2	206.471	-	-	-	206.471	206.471	206.471	-	206.471	48%	125.353	46%
Caixa / contas a pagar / receber	2	-	-	-	(449)	(449)	(449)	(449)	-	(449)	0%	(348)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	1.981.136	-	-	1.981.136	2.371.735	1.981.136	(390.599)	1.981.136	61%	2.118.995	66%
Carteira administrada		-	1.981.136	-	-	1.981.136	2.371.735	1.981.136	(390.599)	1.981.136	100%	2.118.995	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	1.981.136	-	-	1.981.136	2.371.735	1.981.136	(390.599)	1.981.136	100%	2.118.995	100%
Ativos mantidos até o vencimento		414.432	-	425.849	-	840.281	840.281	854.462	14.181	840.281	26%	803.425	25%
Fundos de investimentos		414.432	-	425.849	-	840.281	840.281	854.462	14.181	840.281	100%	803.425	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	285.288	-	425.849	-	711.137	711.137	727.264	16.127	711.137	85%	674.339	84%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	129.144	-	-	-	129.144	129.144	127.198	(1.946)	129.144	15%	129.086	16%
Total		641.979	2.145.155	468.871	(449)	3.255.556	3.646.067	3.269.737	(376.330)	3.255.556	100%	3.197.270	100%

^(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

Os valores justos das aplicações em fundos de investimento são obtidos a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

			31/12/2021	
_	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro – LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,62%	3,36%	7,62%	3,36%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	8,70%	6,17%	11,16%	6,17%
Operações compromissadas (*)	13,12%	13,12%	9,11%	9,11%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Títulos da dívida agrária - TDA 10,03% 8,62% 10,03% 8,62%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

				Ajuste a		
_	31/12/2021	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	30/06/2022
Valor justo por meio do resultado	274.850	2.190.985	(2.107.888)	-	76.192	434.139
Disponíveis para venda	2.118.995	-	(100.989)	(117.529)	80.659	1.981.136
Mantidos até o vencimento	803.425	32.762	-	-	4.094	840.281
Total	3.197.270	2.223.747	(2.208.877)	(117.529)	160.945	3.255.556
				Ajuste a		
_	31/12/2020	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	30/06/2021
Valor justo por meio do resultado	575.161	1.520.032	(1.600.850)	-	32.026	526.369
Disponíveis para venda	2.867.281	97.275	(465.728)	(266.901)	105.594	2.337.521
Mantidos até o vencimento						
Mantidos ate o vencintento	901.689	-	(161.111)	-	25.194	765.772

7. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

			30/06/2022			31/12/2021
Ramos agrupados	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquidos	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquidos
Automóvel	1.374.779	(33.167)	1.341.612	1.205.551	(34.756)	1.170.795
Patrimonial	762.617	(35.907)	726.710	486.360	(9.633)	476.727
Rural	318.615	(11.990)	306.625	207.431	(5.792)	201.639
Aeronáuticos	171.760	(11.193)	160.567	213.111	(5.706)	207.405
Microsseguros	80.902	(1.494)	79.408	28.248	(2.001)	26.247
Riscos financeiros	79.840	(1.533)	78.307	54.750	(936)	53.814
Pessoas coletivo	96.731	(2.393)	94.338	54.313	(5.236)	49.077
Riscos especiais	28.402	-	28.402	34.718	-	34.718
Marítimos	107.023	(5.525)	101.498	49.462	(1.510)	47.952
Responsabilidades	42.122	(1.472)	40.650	40.100	(1.925)	38.175
Habitacional	481	(151)	330	995	(90)	905
Demais ramos	263.191	(10.813)	252.378	205.858	(15.170)	190.688
Total	3.326.463	(115.638)	3.210.825	2.580.897	(82.755)	2.498.142

^(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3b $\it ii.$

b) Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo inicial	2.498.142	2.242.224
(+) Prêmios emitidos (*)	7.395.856	4.820.369
(+) IOF	298.918	249.555
(+) Adicional de fracionamento	1.682	1.058
(-) Prêmios cancelados (*)	(2.121.965)	(481.979)
(-) Recebimentos	(4.817.096)	(4.375.827)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

(+/-) Reclassificação de cosseguro aceito - vencidos	1.038	(326)
(+/-) Oscilação cambial	(12.867)	(21.997)
(-) Constituição de redução ao valor recuperável	(32.883)	(17.044)
Saldo final	3.210.825	2.416.033
(*) Foram emitidas e canceladas apólices no montante de R\$ 1.574.659 em junho	o de 2022.	

c) Composição por prazo de vencimento

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer até 30 dias	1.121.671	860.629
A vencer de 31 a 60 dias	375.482	304.891
A vencer de 61 a 120 dias	564.246	478.066
A vencer de 121 a 180 dias	419.363	297.334
A vencer de 181 a 365 dias	334.105	312.691
A vencer acima de 365 dias	190.083	99.638
Total a vencer	3.004.950	2.353.249
Vencidos até 30 dias	143.035	85.860
Vencidos de 31 a 60 dias	30.643	43.175
Vencidos de 61 a 120 dias	22.206	10.219
Vencidos de 121 a 180 dias	5.056	2.326
Vencidos de 181 a 365 dias	3.623	1.982
Vencidos acima de 365 dias	1.312	1.331
Total vencidos	205.875	144.893
Total	3.210.825	2.498.142

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 34 dias. O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 310 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo

	30/06/2022	31/12/2021
Recuperação de sinistros	439.964	260.642
Redução ao valor recuperável - RVR	(13.652)	(18.433)
Total	426.312	242.209
	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de sinistros a liquidar – PSL	3.139.188	3.291.379
Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	145.450	145.705
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	153.919	153.068
Provisão de prêmios não ganhos – PPNG + RVNE	1.387.810	973.185
Provisão de despesas relacionadas – PDR	81.998	70.219
Total	4.908.365	4.633.556

b) Passivo

	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios cedidos	1.287.722	748.333
Comissões a recuperar	(100.528)	(72.851)
Salvados e ressarcimentos	18.811	19.868
Total	1.206.005	695.350

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

		;	30/06/2022			30/06/2021
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 29b)	Resseguro cedido (**) (nota 29g)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (nota 29b)	Resseguro cedido (**) (nota 29g)	Retenção
Automóvel	1.710.177	949	99,94%	1.453.054	905	99,94%
Patrimonial	1.426.159	1.044.392	26,77%	1.168.682	848.797	27,37%
Pessoas	396.815	1.970	99,50%	347.109	1.988	99,43%
Rural	526.694	175.226	66,73%	325.974	92.501	71,62%
Marítimos/Aeronáuticos	322.747	264.480	18,05%	424.425	370.504	12,70%
Transportes	147.978	2.472	98,33%	126.401	8.139	93,56%
Demais	431.171	210.455	51,19%	347.861	158.583	54,41%
Total	4.961.741	1.699.944	65,74%	4.193.506	1.481.417	64.67%

9. **OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS**

Outros créditos operacionais são compostos, basicamente, por solicitações de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária para a devida baixa da provisão de sinistros a liquidar de R\$ 147.802 (R\$ 33.183 em 31 de dezembro de 2021) e outros créditos de agentes e correspondentes de R\$ 23.488 (R\$ 23.395 em 31 de dezembro de 2021).

10. **TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

a) Títulos e créditos a receber - composição

	30/06/2022	31/12/2021
Ressarcimento a receber - estimados (nota n°10b)	60.037	50.078
Ressarcimento a receber	39.336	30.448
Títulos a receber de capitalização (nota n°32)	13.374	13.027
Compartilhamento de despesas (nota n°32)	20.848	18.764
Canal affinity	110.284	140.162
Outros créditos a receber	3.442	3.572
Recebíveis de cartão de crédito	22.839	-
Redução ao valor recuperável (*)	(42.428)	(33.539)
Total	227.282	222.512
(*) Refere-se que 100% do saldo de ressarcimento a receber está provisionado.		

b) Ressarcimento a receber - estimados

Expectativas de prazo i.

Montante de ressarcimentos estimados	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Um mês após o pagamento	3.030										
Dois meses após o pagamento	3.175										
Três meses após o pagamento	3.136										
Quatro meses após o pagamento	3.147										

^(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 17.451 (R\$ 1.615 em 30 de junho de 2021). (**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (14.309) (R\$ 1.677 em 30 de junho de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Cinco meses após o pagamento	3.438										
Seis meses após o pagamento	1.859										
Sete meses após o pagamento	2.447										
Oito meses após o pagamento	1.606										
Nove meses após o pagamento	1.570										
Dez meses após o pagamento	3.199										
Onze meses após o pagamento	1.551										
Doze meses após o pagamento	2.125										
Pagamento para 1º semestre	17.785	7.767	3.975	2.596	1.303	633	148	98	67	40	40
Pagamento para 2º semestre	12.498	5.773	3.004	2.237	1.252	533	105	56	36	51	40
Estimativa para os semestres	30.283	13.540	6.979	4.833	2.555	1.166	253	154	103	91	80
Total de ressarcimento a receber											60.037

ii. Desenvolvimento das efetivas realizações

Ocorrência/Ressarcimento	2018	2019	2020	2021	2022
1º Mês	17	7.436	4.092	3.054	1.268
2º Mês	196	8.995	3.686	2.403	1.869
3º Mês	673	8.439	3.391	2.408	1.532
4º Mês	3.148	7.595	1.782	2.469	1.440
5º Mês	2.455	8.764	2.003	2.588	2.488
6º Mês	3.856	5.577	2.377	2.361	-
7º Mês	5.136	6.864	3.145	2.497	-
8º Mês	5.713	5.596	3.577	2.427	-
9º Mês	5.831	5.138	3.395	2.066	-
10º Mês	7.615	5.138	3.927	1.789	-
11º Mês	6.851	3.964	2.362	2.143	-
12º Mês	7.513	4.507	3.204	1.814	-
Estimativa por ano	49.004	78.013	36.941	28.019	8.597
Total de ocorridos em 2017 e ressarcidos	s até 2022 - Provisionado				200.574
Estimativa de ressarcimentos					
Ocorrência / Ressarcimento	2018	2019	2020	2021	2022
10 Campatra da 2010					-
1- Semestre de 2018	10.344	46.807	17.332	15.283	-
	10.344 38.660	46.807 31.206	17.332 19.610		8.598 -
2º Semestre de 2018				15.283	-
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019		31.206	19.610	15.283 12.737	8.598
1º Semestre de 2018 2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019 1º Semestre de 2020		31.206 13.769	19.610 41.055 31.051 11.022	15.283 12.737 21.925	8.598 - 12.679
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019		31.206 13.769	19.610 41.055 31.051	15.283 12.737 21.925 18.613	8.598 - 12.679
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019 1º Semestre de 2020		31.206 13.769	19.610 41.055 31.051 11.022	15.283 12.737 21.925 18.613 37.134	8.598
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019 1º Semestre de 2020 2º Semestre de 2020		31.206 13.769	19.610 41.055 31.051 11.022	15.283 12.737 21.925 18.613 37.134 27.561	8.598 - 12.679 - 16.896
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019 1º Semestre de 2020 2º Semestre de 2020 1º Semestre de 2021		31.206 13.769	19.610 41.055 31.051 11.022	15.283 12.737 21.925 18.613 37.134 27.561 45.369	8.598 - 12.679 - 16.896 - 44.597
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019 1º Semestre de 2020 2º Semestre de 2020 1º Semestre de 2021 2º Semestre de 2021		31.206 13.769	19.610 41.055 31.051 11.022	15.283 12.737 21.925 18.613 37.134 27.561 45.369	8.598 - 12.679 - 16.896 - 44.597 - 9.862
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019 1º Semestre de 2020 2º Semestre de 2020 1º Semestre de 2021 2º Semestre de 2021 2º Semestre de 2021 1º Semestre de 2022 Estimativa por ano	38.660 49.004	31.206 13.769 40.402	19.610 41.055 31.051 11.022 44.286	15.283 12.737 21.925 18.613 37.134 27.561 45.369 36.687	8.598 - 12.679 - 16.896 - 44.597
2º Semestre de 2018 1º Semestre de 2019 2º Semestre de 2019 1º Semestre de 2020 2º Semestre de 2020 1º Semestre de 2021 2º Semestre de 2021 1º Semestre de 2021 1º Semestre de 2022	38.660 49.004 sarcidos até 2022	31.206 13.769 40.402	19.610 41.055 31.051 11.022 44.286	15.283 12.737 21.925 18.613 37.134 27.561 45.369 36.687	8.598 - 12.679 - 16.896 - 44.597 - 9.862 92.632

11. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2022	31/12/2021
Direito de uso (nota nº11a)	210.309	170.189
Bens a venda (nota n°11b)	53.771	50.921
Outros valores e bens – Salvados estimados (nota nº11c)	83.195	74.761
Outros valores e bens	1.884	1.354
Total	349.159	297.225

a) Direito de uso

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

A Seguradora mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e veículos, sendo os principais destacados abaixo:

- Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015;
- Call Center Localizado na Cidade de São Carlos: O contrato de Aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, posteriormente prorrogado até dezembro de 2026;
- Locação de veículos de frota: a Seguradora mantém um aluguel de veículos de frota junto a empresa Unidas, com vigência de 25 meses de utilização por veículo.

	Taxa média anual de amortização	Saldo inicial	Novos contratos	Remensuração	Depreciação	Baixas	30/06/2022
Imóveis	12%	169.620	3.095	46.324	(10.592)	(554)	207.893
Veículos	3%	569	3.102	-	(1.255)	-	2.416
Total		170.189	6.197	46.324	(11.847)	(554)	210.309

b) Bens a venda

i. Aging de salvados

	30/06/2022	31/12/2021
De 1 a 30 dias	11.515	6.710
De 31 a 60 dias	8.345	13.110
De 61 a 120 dias	15.298	14.725
De 121 a 180 dias	7.337	7.544
De 181 a 365 dias	11.276	8.832
Total	53.771	50.921

ii. Movimentação de salvados

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo inicial	50.921	35.409
(+) Aviso de salvados	231.805	185.202
(+/-) Reavaliação de salvados	7.323	15.862
(+) Reabertura de salvados	62	195
(-) Cancelamento da venda de salvados	(14.859)	(7.898)
(-) Vendas	(222.461)	(189.890)
(+) Redução ao valor recuperável	980	3.890
Saldo final	53.771	42.770

iii. Composição por ramo

	30/06/2022	31/12/2021
Riscos financeiros	30.813	28.471
Patrimonial	2.186	2.499
Automóvel	20.685	19.951
Outros	87	-
Total	53.771	50.921

c) Outros valores

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

i. Composição – salvados estimados

	30/06/2022	31/12/2021
Automóvel	65.408	61.492
Demais ramos	17.787	13.269
Total	83.195	74.761

ii. Expectativa de prazo

Montante de salvados estimados	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Um mês após o pagamento	11.964										
Dois meses após o pagamento	13.395										
Três meses após o pagamento	674										
Quatro meses após o pagamento	4.864										
Cinco meses após o pagamento	4.816										
Seis meses após o pagamento	6.513										
Sete meses após o pagamento	5.423										
Oito meses após o pagamento	5.072										
Nove meses após o pagamento	2.360										
Dez meses após o pagamento	2.895										
Onze meses após o pagamento	2.374										
Doze meses após o pagamento	1.590										
Pagamento para 1º semestre	42.226	8.161	1.752	1.275	982	980	427	42	21	68	50
Pagamento para 2º semestre	19.714	3.286	1.101	839	1.396	608	124	31	31	78	2
Total dos períodos	61.940	11.447	2.853	2.114	2.378	1.588	551	73	52	146	52
Total de ressarcimentos											83.195

iii. Desenvolvimento das efetivas realizações

Ocorrência/Salvados	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1º Mês	-	30.119	1.482	141	320	272
2º Mês	-	21.062	2.068	412	353	409
3º Mês	426	22.733	1.847	426	479	162
4º Mês	1.523	15.248	1.832	6.697	396	409
5º Mês	2.162	23.460	2.816	322	523	308
6º Mês	11.774	4.799	912	94	356	273
7º Mês	13.895	9.452	1.310	533	232	-
8º Mês	18.255	6.810	1.518	509	413	-
9º Mês	29.830	6.227	1.113	605	522	-
10º Mês	17.927	6.324	1.562	1.529	262	-
11º Mês	40.284	3.384	970	507	603	-
12º Mês	25.153	1.675	723	817	740	-
Estimativa por ano	161.229	151.293	18.153	12.592	5.199	-
Total de salvados desde 2017 até 202	2					350.299

Estimativa de salvados						
Ocorrência/Salvados	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1º Semestre de 2017	15.885	-	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

2º Semestre de 2017	145.344	-	-	-	-	-
1º Semestre de 2018	117.422	35.083	-	-	-	-
2º Semestre de 2018	33.872	158.095	-	-	-	-
1º Semestre de 2019	10.958	95.558	70.323	-	-	-
2º Semestre de 2019	7.195	20.054	148.276	-	-	-
1º Semestre de 2020	8.093	4.804	57.840	14.478	-	-
2º Semestre de 2020	4.499	7.024	35.518	179.015	-	-
1º Semestre de 2021	2.427	3.898	7.793	91.068	67.204	-
2º Semestre de 2021	2.772	3.037	4.410	16.743	168.267	-
1º Semestre de 2022	1.833	2.764	2.333	5.915	112.118	77.679
Estimativa por ano	350.300	330.317	326.493	307.219	347.589	77.679
Total de salvados desde 2017 até 2022						1.739.597
Período anterior à 2017						2.311.506
Total dos triângulos de						4.051.103
pagamentos para a						

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

estimativa dos salvados

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	30/06/2022	31/12/2021
Automóvel	312.314	291.897
Patrimonial	202.294	192.471
Pessoas coletivo	170.658	157.232
Microsseguros	22.816	21.900
Rural	68.428	64.458
Pessoas individual	75.505	49.481
Responsabilidades	7.982	8.131
Riscos financeiros	3.075	2.607
Aeronáuticos	10.044	9.700
Transportes	1.233	1.236
Marítimos	3.861	2.191
Demais ramos	30	32
Total	878.240	801.336
Circulante	628.374	583.631
Não circulante	249.866	217.705
	30/06/2022	30/06/2021
Saldo inicial	801.336	634.907
Constituições	749.032	683.955
Reversões	(672.128)	(617.917)
Saldo final	878.240	700.945

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2022
Imóveis de uso próprio	4%	16.396	4.292	-	(547)	20.141
Equipamentos	10% e 20%	14.529	3.394	(56)	(2.012)	15.855
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.214	754	(10)	(303)	3.655

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Veículos	20%	1.520	-	(84)	(234)	1.202
Outras imobilizações	10% a 20%	29.027	9.501	(8.246)	(2.305)	27.977
Total		64.686	17.941	(8.396)	(5.401)	68.830

	Taxa anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2021
Imóveis de uso próprio	4%	20.421	1.672	(2.454)	(588)	19.051
Equipamentos	10% a 20%	10.210	6.532	(12)	(1.597)	15.133
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.097	77	(8)	(273)	2.893
Veículos	20%	1.791	239	-	(269)	1.761
Outras imobilizações	10% a 20%	19.594	8.146	(2.581)	(1.656)	23.503
Total		55.113	16.666	(5.055)	(4.383)	62.341

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2022
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	282.268	84.639	(1.520)	(21.833)	343.554
Outros intangíveis (canal affinity)		244.696	30	(1.266)	(5.393)	238.067
Total		526.964	84.669	(2.786)	(27.226)	581.621

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2021
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	207.747	41.657	(5.931)	(21.934)	221.539
Outros intangíveis (canal affinity)		160.435	81.909	(700)	(4.940)	236.704
Total		368.182	123.566	(6.631)	(26.874)	458.243

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores	272.897	236.746
Participação nos lucros a pagar	16.479	26.508
Dividendos a pagar	31.704	31.704
Compartilhamento de despesas	16.619	17.685
Outras obrigações	1.563	2.229
Total	339,262	314.872

16. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	30/06/2022	31/12/2021
IOF sobre prêmios emitidos	182.635	124.443
Imposto de renda retido na fonte	5.355	8.773
FGTS	1.556	1.924
INSS	6.803	6.284
Outros impostos e encargos sociais a recolher	8.281	8.833
Total	204.630	150.257

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda	-	2.353

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Antecipação de imposto de renda	-	(2.353)
Contribuição social	-	4.853
Antecipação de contribuição social	-	(4.853)
COFINS	6.251	7.283
PIS	1.016	1.184
Outros	10	4
Total	7.277	8.471

18. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

Operações com seguradoras é composto, substancialmente, por prêmios cedidos às seguradoras de R\$ 96.360 (R\$ 12.223 em 31 de dezembro de 2021) e salvados e ressarcimentos a pagar para as congêneres R\$ 5.147 (R\$ 4.502 em 31 de dezembro de 2021).

a) Cosseguro cedido por segmento

			30/06/2022			31/12/2021
Ramos agrupados	Cosseguro líquido de comissão	Redução ao valor recuperável - RVR (*)	Cosseguro líquidos de comissão e RVR	Cosseguro líquido de comissão	Redução ao valor recuperável - RVR (*)	Cosseguro líquidos de comissão e RVR
Patrimonial	55.086	(4.949)	50.137	8.540	(198)	8.342
Marítimos	48.328	(4.083)	44.245	1.645	(237)	1.408
Demais ramos	2.332	(354)	1.978	2.917	(444)	2.473
Total	105.746	(9.386)	96.360	13.102	(879)	12.223

^(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3b ii.

b) Composição por prazo de vencimento

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer até 30 dias	41.031	3.031
A vencer de 31 a 60 dias	5.483	2.487
A vencer de 61 a 120 dias	5.886	3.233
A vencer de 121 a 180 dias	38.367	240
A vencer de 181 a 365 dias	5.328	80
Total a vencer	96.095	9.071
Vencidos até 30 dias	165	2.871
Vencidos de 31 a 60 dias	45	11
Vencidos de 61 a 120 dias	11	270
Vencidos de 121 a 180 dias	31	-
Vencidos de 181 a 365 dias	13	-
Total vencidos	265	3.152
Total	96.360	12.223

19. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

30/06/2022	31/12/2021

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Automóvel	133.530	138.718
Patrimonial	45.977	38.310
Rural	37.066	40.314
Pessoas coletivo	40.647	21.286
Pessoas individual	59.233	41.700
Transportes	6.967	4.843
Responsabilidades	5.311	5.736
Riscos financeiros	11.459	3.349
Aeronáuticos	6.519	5.871
Microsseguros	1.117	535
Marítimos	3.091	990
Demais ramos	73	1.063
Total	350.990	302.715
Comissões a pagar	15.317	18.483
Total	366.307	321.198

20. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Outros débitos operacionais são compostos por estipulantes de seguros de R\$ 64.924 (R\$ 67.156 em 31 de dezembro de 2021).

	30/06/2022	31/12/2021
Rural	14.692	25.594
Automóvel	14.326	7.630
Patrimonial	17.801	17.769
Microsseguros	10.167	7.584
Pessoas individual	3.614	4.004
Pessoas coletivo	4.235	4.480
Demais ramos	89	95
Total	64.924	67.156

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Seguradora.

	30/06/2022	31/12/2021
De 0 a 30 dias	313.099	178.543
De 31 a 60 dias	161.910	12.941
De 61 a 120 dias	112.586	1.683
De 121 a 180 dias	24	22
Acima de 365 dias	-	90
Total	587.619	193.279

22. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

MAPFRE Seguros Gerais S.A.Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBAC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	sini ocorrid n suficier	los, mas	Provisão de despesas elacionadas - PDR	30/06/2022 Total
Saldo inicial	4.064.147	3	4.486.940	382.410		381.819	138.545	9.453.864
Constituições	4.979.156	37	61.217	470.437		397.183	126.925	6.034.955
Diferimento pelo risco decorrido Aviso de sinistros Pagamentos	(4.160.104) - -	- - -	1.794.662 (2.906.928)	- -		- - -	56.663 (104.048)	(4.160.104) 1.851.325 (3.010.976)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	995.437	-		-	48.885	1.044.322
Atualização monetária, juros e oscilação cambial Reversões Saldo final	(38.153) - 4.845.046	(19) 21	(32.030) (61.506) 4.337.792	(470.006) 382.841		(394.223) 384.779	1.804 (112.448) 156.326	(68.379) (1.038.202) 10.106.805
							30/06/2021	
	Provisão de prêmios não ganhos -	Provisão de sinistros a	Provisão o sinistros ocorridos, r	sinistros o	corridos, ião	Provisão de despesas relacionadas	Total	
Provisões técnicas - seguros	PPNG + RVNE	liquidar - PSL (*)	não avisado IBNR	os - suficiente avisados ·		- PDR		
Saldo inicial	PPNG + RVNE 3.443.873	PSL (*) 2.671.262	IBNR 440	avisados -	IBNeR 424.258	138.950		
Saldo inicial Constituições	PPNG + RVNE 3.443.873 4.195.121	PSL (*)	IBNR 440	avisados ·	IBNeR	138.95 0	4.379.218	
Saldo inicial Constituições Diferimento pelo risco decorrido	PPNG + RVNE 3.443.873	PSL (*) 2.671.262 6.966	IBNR 440	avisados -	IBNeR 424.258	138.95 0 6.308	4.379.218 (3.669.552)	
Saldo inicial Constituições Diferimento pelo risco decorrido Aviso de sinistros	PPNG + RVNE 3.443.873 4.195.121	PSL (*) 2.671.262	IBNR 440	avisados -	IBNeR 424.258	138.95 0	4.379.218 (3.669.552) 1.449.442	
Saldo inicial Constituições Diferimento pelo risco decorrido Aviso de sinistros Pagamentos	PPNG + RVNE 3.443.873 4.195.121	PSL (*) 2.671.262 6.966 - 1.374.982	IBNR 440	avisados -	IBNeR 424.258	138.95 0 6.308 74.460	4.379.218 (3.669.552) 1.449.442 (1.952.970)	
Provisões técnicas - seguros Saldo inicial Constituições Diferimento pelo risco decorrido Aviso de sinistros Pagamentos Ajuste de estimativa de sinistros Atualização monetária, juros e oscilação cambial	PPNG + RVNE 3.443.873 4.195.121	2.671.262 6.966 - 1.374.982 (1.836.960)	IBNR 440	avisados -	IBNeR 424.258	138.950 6.308 74.460 (116.010	4.379.218 (3.669.552) 1.449.442 (1.952.970) 1.121.897	

						30/06/2022
Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	973.185	3.291.379	153.068	145.705	70.219	4.633.556
Constituições	1.720.102	-	152.557	144.449	-	2.017.108
Diferimento pelo risco decorrido	(1.267.901)	-	-	-	-	(1.267.901)
Aviso / Ajuste de sinistros		913.919	-	-	40.440	954.359
Sinistros pagos a recuperar	-	(1.022.172)	-	-	(28.620)	(1.050.792)
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(37.576)	(43.938)	-	-	(37)	(81.551)
Reversões	-	-	(151.706)	(144.704)	-	(296.410)
Saldo final	1.387.810	3.139.188	153.919	145.450	82.002	4.908.369

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	819.326	1.474.118	152.861	139.250	74.363	2.659.918
Constituições	1.463.115	-	122.378	191.915	-	1.777.408
Diferimento pelo risco decorrido	(1.075.354)	-	-	-	-	(1.075.354)
Aviso / Ajuste de sinistros	-	1.056.315	-	-	30.508	1.086.823

30/06/2021

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Sinistros pagos a recuperar (347.822)(42.417)(390.239)(34.584)(97.065)Atualização monetária, juros e (62.343)(138)oscilação cambial Reversões (119.106)(189.965)(309.071)Saldo final 1.172.503 2.120.268 156.133 141.200 62.316 3.652.420

23. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

Bruto de resseguros

Montante estimado para os sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora.

Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido o cosseguro cedido.

montanto communo para co omnotros							
•	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	28.929.230	3.558.853	3.432.632	3.202.940	4.173.342	2.481.786	2.481.786
Um ano após o aviso	29.450.566	3.893.664	3.634.003	3.791.621	4.231.448		4.231.448
Dois anos após o aviso	29.723.829	3.989.719	3.676.859	3.692.166			3.692.166
Três anos após o aviso	30.005.745	4.110.325	3.671.078				3.671.078
Quatro anos após o aviso	30.910.296	4.062.700					4.062.700
Cinco anos ou mais após o aviso	31.187.391						31.187.391
Estimativa de sinistros incorridos em junho de 2022	31.187.391	4.062.700	3.671.078	3.692.166	4.231.448	2.481.786	49.326.569
Pagamentos efetuados até junho de 2022	29.131.206	3.881.105	3.476.379	3.393.186	3.487.874	1.464.768	44.834.518
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	2.056.185	181.595	194.699	298.980	743.574	1.017.018	4.492.051
Provisão agregada de sinistros em junho de 2022 (*)							767.620
Retrocessão							2.067
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							5.261.738
Montante de sinistros pagos						Ano do a	viso do sinistro
, -	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	20.901.277	2.493.959	2.305.780	2.306.807	2.642.263	1.464.768	1.464.768
Um ano após o aviso	26.715.650	3.292.468	3.295.215	3.049.161	3.487.874		3.487.874
Dois anos após o aviso	27.888.940	3.657.202	3.451.173	3.393.186			3.393.186
Três anos após o aviso	28.492.052	3.741.971	3.476.379				3.476.379
Quatro anos após o aviso	28.879.076	3.881.105					3.881.105
Cinco anos ou mais após o aviso	29.131.206						29.131.206
Pagamentos efetuados até 30.06.2022	29.131.206	3.881.105	3.476.379	3.393.186	3.487.874	1.464.768	44.834.518
Líquido de resseguros							
Montante estimado para os sinistros						Ano do a	viso do sinistro
montanto communo para co cimento	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	23.517.616	2.856.172	2.735.196	2.629.068	3.138.675	1.905.119	1.905.119
Um ano após o aviso	23.359.277	2.638.678	2.795.100	2.657.678	3.184.744	1.505.115	3.184.744
Dois anos após o aviso	23.494.385	2.678.306	2.793.882	2.691.625	0.104.744	I	2.691.625
Três anos após o aviso	23.476.576		2.787.323	2.001.020	1		2.787.323
	20.170.070	2.000.020	2.707.020				2.707.020

Ano do aviso do sinistro

^(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 1.765.217 (R\$ 1.637.792 em 30 de junho de 2021).

^(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.150.699 (R\$ 919.675 em 30 de junho de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Quatro anos após o aviso Cinco anos ou mais após o aviso	23.580.749 23.587.816						2.726.822 23.587.816
Estimativa de sinistros incorridos em junho de 2022	23.587.816	2.726.822	2.787.323	2.691.625	3.184.744	1.905.119	36.883.444
Pagamentos efetuados até junho de 2022	23.017.955	2.672.972	2.731.516	2.637.614	3.101.987	1.450.541	35.612.585
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	569.861	53.850	55.807	54.011	82.758	454.578	1.270.865
Provisão agregada de sinistros em junho de 2022 (*)							468.251
Retrocessão							2.067
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							1.741.183

Montante de sinistros pagos						Ano do a	viso do sinistro
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	19.074.182	2.436.210	2.225.595	2.199.367	2.569.021	1.450.541	1.450.541
Um ano após o aviso	22.677.629	2.524.886	2.692.089	2.589.843	3.101.987		3.101.987
Dois anos após o aviso	22.907.116	2.571.311	2.719.786	2.637.614			2.637.614
Três anos após o aviso	22.813.673	2.593.905	2.731.516				2.731.516
Quatro anos após o aviso	22.898.329	2.672.972					2.672.972
Cinco anos ou mais após o aviso	23.017.955						23.017.955
Pagamentos efetuados até junho de 2022	23.017.954	2.672.972	2.731.516	2.637.614	3.101.987	1.450.541	35.612.585

^(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

24. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	10.106.805	9.453.864
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(596.232)	(562.444)
Direitos creditórios	(2.193.529)	(1.792.673)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(4.115.647)	(4.191.535)
Total a ser coberto	3.201.397	2.907.212
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado (*)	434.139	274.050
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.981.136	2.118.995
Ativos mantidos até o vencimento	854.462	849.495
Total de aplicações (**)	3.269.737	3.242.540
Ativos livres	68.340	335.328

^(*) O montante de R\$ 800 em 31 de dezembro de 2021 não foi considerado nos ativos designados pelo valor justo por meio do resultado por se tratar de aplicações bloqueadas.

25. DÉBITOS DIVERSOS

O passivo de arrendamento está mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato:

	30/06/2022
Saldo inicial	199.874
Constituição de novos contratos	6.197
Remensuração	46.324
Apropriação de juros	12.011
Pagamentos	(34.975)
Baixa	(555)
Saldo final	228.876

Taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 10,86% a.a.

^(**) Conforme Circular SUSEP nº 648/2021, art. 84 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Valor pendente dos pagamentos mínimos de arrendamento:

Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
94.231	27.657	21.976	85.012	228.876

26. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

				30/06/2022				31/12/2021
	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
Provável	5.349	1.755.475	1.436.580	986.489	6.801	2.504.931	1.402.454	919.288
Possível	3.605	610.130	314.362	113.871	2.491	586.109	250.026	107.957
Remota	976	91.782	14.275	50.339	728	122.047	12.569	3.527
Total	9.930	2.457.387	1.765.217	1.150.699	10.020	3.213.087	1.665.049	1.030.772

b) Composição das ações por ano

			30/06/2022			31/12/2021
Ano de abertura	Quantidade	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
De 1993 a 2000	25	576	28.041	17	549	-
De 2001 a 2005	37	35.190	4.978	33	31.659	24.707
De 2006 a 2010	156	29.778	12.061	203	29.378	15.269
De 2011 a 2015	477	107.240	50.479	525	103.540	43.334
De 2016 a 2022	9.235	1.592.433	1.055.140	9.242	1.499.923	947.462
Total	9.930	1.765.217	1.150.699	10.020	1.665.049	1.030.772

O prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 52 meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	30/06/2022	31/12/2021
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	129.272	248.119
Montante provisionado de ações judiciais pagas no período corrente, e que se encontram provisionadas	94.357	285.086
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	21.224	57.193
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas	15.516	42.895

27. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

	Pro	visoes judiciais	Depositos judiciais (*)		
Natureza	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Trabalhistas	47.304	47.775	4.940	6.253	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Cíveis	34.683	40.637	6.538	10.642
Fiscais	707.999	699.042	797.243	778.591
PIS/COFINS (Receitas financeiras)	645.991	630.878	758,083	740.382
PIS/COFINS (Multa de mora)	-	-	18.633	18.069
PIS/COFINS (Outros)	14.431	14.652	8.031	8.328
CSLL	364	353	3.072	2.982
Outros	47.213	53.159	9.424	8.830
Total	789.986	787.454	808.721	795.486

^(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R\$ 9.077 (R\$ 9.436 em 31 de dezembro de 2021).

b) Composição das ações judiciais de natureza trabalhistas, fiscais e cíveis por probabilidade de perda

			30/06/2022			31/12/2021
	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão
Fiscais	22	1.650.424	707.999	18	1.685.877	699.042
Provável	2	645.991	645.991	2	630.878	630.878
Possível	20	1.004.433	62.008	16	1.054.999	68.164
Trabalhistas	417	122.546	47.304	460	133.487	47.775
Provável	199	47.304	47.304	215	47.775	47.775
Possível	14	6.064	-	14	6.383	-
Remota	204	69.178	-	231	79.329	-
Cível	7.151	216.226	34.683	9.695	169.122	40.637
Provável	3.695	34.683	34.683	4.718	40.636	40.637
Possível	1.936	130.911	-	986	86.748	-
Remota (*)	1.520	50.632	-	3.991	41.738	-
Total	7.590	1.989.196	789.986	10.173	1.988.486	787.454

^(*) Saneamento de ações judiciais sem impacto de valores.

Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Cíveis – Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitárias pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice.

Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

Fiscais - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC.

PIS/COFINS - Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes, em processos com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro, e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo – itens I, II, III, VI, VII e VIII.

A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, a Seguradora entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência de referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Diante da interpretação dada, foi proposta Ação Judicial, a qual foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto Recurso de Apelação, a este foi negado provimento. Interpostos então Recursos Especial e Extraordinário, os quais ainda pendem de julgamento, sendo que após distribuição de pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em marco/2021, a Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou de ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos no referido processo. Após pedido apresentado perante a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pelas seguradoras. Em razão da referida admissibilidade. foi apresentado pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27/04/2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, as seguradoras contam com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão nesta Ação Judicial. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo – itens IV, V, IX e X.

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2022
(Em milhares de Reais)

					Provis	são	Dep	ósito	Valor do risco	sem prescrição
Lei n°.	Tipo	Base	Período	Probabilidade	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
(I) 9.718/98	COFINS	Receita prêmio	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13 05/99 a 11/00 e 08/05	PROVÁVEL	172.676	168.136	180.078	175.336	172.676	168.136
(II) 9.718/98	COFINS	Receita financeira	a 12/13	POSSÍVEL	=	-	=	-	24.319	21.557
(IV) 9.718/98	PIS	Receita financeira	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	POSSÍVEL	-	-	=	-	3.952	2.937
(VI) 12.973/14	COFINS	Receita financeira	01/14 a 06/22	POSSÍVEL	-	-	18.341	17.789	215.839	193.109
(VII) 12.973/14	PIS	Receita financeira	01/14 a 06/22	POSSÍVEL	-	-	2.980	2.891	35.074	31.380
(VIII) 9.718/98	COFINS	Receita prêmio	05/99 a 12/14	PROVÁVEL	473.315	462.742	554.972	542.707	473.315	462.742
(IX) 9.718/98	COFINS	Receita financeira	05/99 a 12/14	POSSÍVEL	-	-	-	-	76.791	91.319
(X) 9.718/98	PIS	Receita financeira	05/99 a 12/14	POSSÍVEL	-	-	-	-	12.479	4.102
(XI) 12.973/14	COFINS	Receita financeira	01/15 a 06/22	POSSÍVEL	-	-	-	-	30.519	23.191
(XII) 12.973/14	PIS	Receita financeira	01/15 a 06/22	POSSÍVEL	-	-	-	-	4.959	3.768
Total					645.991	630.878	756.371	738.723	1.049.923	1.002.241
					Provis	são	Dep	ósito	Valor e	do risco
Nota	Tipo	Tema	Período	Probabilidade	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Nota (1)	Tipo PIS	Tema EC 10/1996	Período 01/96 a 07/96	Probabilidade POSSÍVEL	30/06/2022 4.361	31/12/2021 4.311	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022 4.361	31/12/2021 4.311
			-				30/06/2022	31/12/2021 - 8.328		
(1)	PIS	EC 10/1996	01/96 a 07/96	POSSÍVEL	4.361	4.311	-	-	4.361	4.311
(1) (2)	PIS PIS	EC 10/1996 EC 17/1997	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98	POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361	4.311 10.341	-	-	4.361 10.070	4.311 10.341
(1) (2) (3)	PIS PIS IRPJ/CSLL	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992	POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361	4.311 10.341	8.031	8.328	4.361 10.070 19.585	4.311 10.341 19.389
(1) (2) (3) (4)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13	POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361 10.070	4.311 10.341	8.031 - 18.633	8.328 - 18.069	4.361 10.070 19.585 18.633	4.311 10.341 19.389 18.069
(1) (2) (3) (4) (5)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS IRPJ/CSLL	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa Glosa de despesas	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13 2010 e 2011	POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361 10.070	4.311 10.341 - - 353	8.031 - 18.633 364	8.328 - 18.069 353	4.361 10.070 19.585 18.633 364	4.311 10.341 19.389 18.069 51.518
(1) (2) (3) (4) (5) (6)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS IRPJ/CSLL PIS/COFINS	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa Glosa de despesas Juros parc., Dpvat e assistencia 24h	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13 2010 e 2011 2013/2014	POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361 10.070 - - 364	4.311 10.341 - - 353	8.031 - 18.633 364 1.711	8.328 - 18.069 353 1.659	4.361 10.070 19.585 18.633 364 11.837	4.311 10.341 19.389 18.069 51.518 11.099
(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS IRPJ/CSLL PIS/COFINS	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa Glosa de despesas Juros parc., Dpvat e assistencia 24h Diferencial de alíquota RAT	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13 2010 e 2011 2013/2014 01/13 A 12/14	POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361 10.070 - - 364	4.311 10.341 - - 353 - 53.159	18.633 364 1.711 6.563	8.328 - 18.069 353 1.659 6.439	4.361 10.070 19.585 18.633 364 11.837 53.611	4.311 10.341 19.389 18.069 51.518 11.099 46.953
(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS IRPJ/CSLL PIS/COFINS INSS IRPJ	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa Glosa de despesas Juros parc., Dpvat e assistencia 24h Diferencial de alíquota RAT Compensação	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13 2010 e 2011 2013/2014 01/13 A 12/14 2003	POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361 10.070 - - 364	4.311 10.341 - - 353 - 53.159	8.031 - 18.633 364 1.711 6.563 2.709	8.328 - 18.069 353 1.659 6.439	4.361 10.070 19.585 18.633 364 11.837 53.611 2.709	4.311 10.341 19.389 18.069 51.518 11.099 46.953 2.629
(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS IRPJ/CSLL PIS/COFINS INSS IRPJ IRPJ/CSLL	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa Glosa de despesas Juros parc., Dpvat e assistencia 24h Diferencial de alíquota RAT Compensação Não adição de despesas indedutíveis	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13 2010 e 2011 2013/2014 01/13 A 12/14 2003 2014 a 2016	POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL POSSÍVEL	4.361 10.070 - - 364 - 46.348	4.311 10.341 - - 353 - 53.159	8.031 - 18.633 364 1.711 6.563 2.709	8.328 - 18.069 353 1.659 6.439	4.361 10.070 19.585 18.633 364 11.837 53.611 2.709 472.089	4.311 10.341 19.389 18.069 51.518 11.099 46.953 2.629
(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS IRPJ/CSLL PIS/COFINS INSS IRPJ IRPJ/CSLL ISS	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa Glosa de despesas Juros parc., Dpvat e assistencia 24h Diferencial de alíquota RAT Compensação Não adição de despesas indedutíveis ISS s/ Comissões	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13 2010 e 2011 2013/2014 01/13 A 12/14 2003 2014 a 2016 01/98 - 08/98	POSSÍVEL	4.361 10.070 - - 364 - 46.348	4.311 10.341 - - 353 - 53.159	8.031 - 18.633 364 1.711 6.563 2.709	8.328 - 18.069 353 1.659 6.439	4.361 10.070 19.585 18.633 364 11.837 53.611 2.709 472.089 7.102	4.311 10.341 19.389 18.069 51.518 11.099 46.953 2.629
(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)	PIS PIS IRPJ/CSLL PIS/COFINS IRPJ/CSLL PIS/COFINS INSS IRPJ IRPJ/CSLL ISS IRRF	EC 10/1996 EC 17/1997 IPC/BTNF Multa Glosa de despesas Juros parc., Dpvat e assistencia 24h Diferencial de alíquota RAT Compensação Não adição de despesas indedutíveis ISS s/ Comissões	01/96 a 07/96 07/97 a 02/98 1991 a 1992 01/13 a 10/13 2010 e 2011 2013/2014 01/13 A 12/14 2003 2014 a 2016 01/98 - 08/98	POSSÍVEL	4.361 10.070 - - 364 - 46.348 - - 865	4.311 10.341 - - 353 - 53.159	8.031 - 18.633 364 1.711 6.563 2.709 - 2.720 141	8.328 - 18.069 353 1.659 6.439 2.629	4.361 10.070 19.585 18.633 364 11.837 53.611 2.709 472.089 7.102	4.311 10.341 19.389 18.069 51.518 11.099 46.953 2.629 462.995

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Nota (1) e (2) PIS - EC nº 10/1996, de 4 de março de 1996 e nº 17/1997 de 22 de novembro de 1997 – a) Para o ramo de auto, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira instância e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o § 6º do art. 195 da CF/1988. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. b) Para os demais ramos, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e a base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária.

Nota (3) IRPJ e CSLL - IPC/BTNF – discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991 de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável.

Nota (4) PIS/COFINS – MULTA – discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Aguarda julgamento de Apelação da União

Nota (5) IRPJ/CSLL dedutibilidade – discutiu glosa de despesas operacionais na esfera administrativa. Decisão parcialmente favorável. Saldo remanescente em discussão em Ação Anulatória, que aguarda julgamento de primeira instância.

Nota (6) PIS/COFINS - adicional de parcelamento / DPVAT / assistência 24h / oscilação cambial - a) Para o ramo de auto, discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicional de parcelamento e operação DPVAT e glosa de despesas relacionadas a assistência 24 (vinte e quatro) horas, na esfera administrativa. Aguarda julgamento. b) Para os demais ramos - discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicional de parcelamento, operação DPVAT e oscilação cambial, na esfera administrativa. Aguarda julgamento.

Nota (7) INSS - Diferencial de alíquota RAT – discute exigência de recolhimento de diferencial de alíquota RAT, e descaracterização do plano de PLR de seus colaboradores na esfera administrativa. Julgados de forma desfavorável em primeira instância. Aguarda julgamento de Recursos Voluntários. Especificamente quanto ao exercício 2014, alíquota RAT, encerrou-se a esfera administrativa de forma desfavorável, o que está em discussão na esfera judicial, em ação anulatória, com probabilidade de êxito possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Nota (8) Multa IRPJ – Compensação - Para o ramo de auto, discute em ação anulatória de débito, não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda julgamento de Apelação.

Nota (9) Aumento da CSLL – Discutiu judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei n° 13.169/2015 de 6 de outubro de 2015, período compreendido entre set/15 e dez/18), mantendo o recolhimento conforme previsto na legislação vigente. O resultado final da discussão foi desfavorável. Não há risco a ser provisionado, ou impacto no resultado, pois a Seguradora recolheu CSLL sob alíquota de 20%.

Nota (10) ISS s/ Comissões - Discute administrativa e judicialmente a exigência de ISS devido: i) sobre corretagem de seguros, em razão de divergências em sua apuração versus apuração de determinados municípios; e ii) sobre monitoramento de veículos.

Nota (11) IRRF a restituir - REFIS Discutiu judicialmente exigência de IR Fonte, em razão de glosa de despesas consideradas indedutíveis. Aderiu ao REFIS previsto na Lei 12.996/2014 de 18 de junho de 2014 para quitação dos débitos. Processo em fase de apuração de valores para conversão do depósito judicial em pagamento definitivo, e levantamento de saldo remanescente pela Seguradora.

c) Movimentação

_			3	0/06/2022			3	0/06/2021
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	699.042	47.775	40.636	787.453	704.867	57.859	52.331	815.057
Constituições/Reversões/ Baixas	865	(50)	2.617	3.432	-	1.705	94	1.799
Pagamentos	(7.079)	(3.379)	(10.401)	(20.859)	-	(7.394)	(16.534)	(23.928)
Atualização monetária Saldo final	15.171 707.999	2.958 47.304	1.831 34.683	19.960 789.986	3.780 708.647	4.380 56.550	2.846 38.737	11.006 803.934

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.408.177 (R\$ 2.408.177 em 31 de dezembro de 2021), e está representado por 1.692.948.892 (1.692.948.892 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, sem valor nominal. No 1º semestre de 2022 houve um aumento de capital no valor de R\$ 75 milhões, o qual está no aguardo de aprovação pela SUSEP.

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Reserva de investimentos

Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

29. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistra	alidade	Comercialização	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Automóvel	1.538.568	1.448.544	78,16%	56,17%	19,31%	20,61%
Patrimonial	1.034.155	878.963	32,32%	131,98%	13,36%	13,73%
Pessoas coletivo	249.783	251.643	26,48%	39,99%	38,48%	43,28%
Rural	441.065	294.652	172,48%	55,83%	15,83%	19,15%
Riscos financeiros	184.887	167.456	32,96%	6,81%	31,48%	26,21%
Aeronáuticos	312.386	281.630	31,96%	17,05%	3,45%	2,95%
Marítimos	47.742	45.802	66,20%	37,94%	2,85%	3,54%
Responsabilidades	37.093	37.318	98,28%	14,26%	17,29%	15,90%
Riscos especiais	105.673	99.722	9,32%	(96,20%)	(0.08%)	0,01%
Demais	208.770	163.822	35,15%	41,44	13,79%	7,77%
Total	4.160.122	3.669.552	64,32%	62,48%	16,99%	17,91%

	30/06/2022	30/06/2021
b) Prêmios emitidos	4.979.192	4.195.121
Prêmios diretos e aceitos	5.218.334	4.287.741
Prêmios emitidos (*)	7.395.856	4.820.369
Prêmios cancelados (*)	(2.121.965)	(481.979)
Prêmios restituídos	(55.556)	(50.649)
Prêmios de cosseguros cedidos	(239.142)	(92.620)

^(*) Foram emitidas e canceladas apólices no montante de R\$ 1.574.659 em 30 de junho de 2022 dentro do mesmo mês apresentando assim uma variação relevante.

 c) Variação das provisões técnicas Provisão de prêmio não ganhos - PPNG+RVNE Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBAC 	(819.070) (819.052) (18)	(525.569) (525.569)
d) Sinistros ocorridos	(2.675.761)	(2.292.908)
Sinistros	(2.789.810)	(2.461.040)
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(431)	27.408
Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados – IBNeR	(2.960)	33.289
Provisão de despesas relacionadas – PDR	(120.025)	(103.343)
Serviço de assistência	(112.624)	(61.683)
Salvados a venda	224.331	193.361
Salvados estimados	8.434	2.565
Ressarcimentos	128.855	99.987
Repasse de ressarcimentos	11.057	(5.247)

MAPFRE Seguros Gerais S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Outras despesas com sinistros	(22.588)	(18.205)
e) Custo de aquisição	(706.796)	(657.082)
Comissões	(749.032)	(683.955)
Recuperação de comissões	5.413	1.478
Despesas com inspeção de riscos	(13.101)	(8.709)
Despesas com apólices e/ou contratos	(26.980)	(31.934)
Variação das despesas de comercialização diferidas	76.904	66.038
f) Outras receitas e despesas operacionais	(141.810)	(96.828)
Apólices e contratos	(43.066)	(43.027)
Despesas com cobrança	(11.328)	(6.744)
Contingências cíveis	(2.617)	(94)
Endomarketing	(10.174)	(6.255)
Serviços de terceiros	(57.136)	(55.078)
Rastreadores Redução ao valor recuperável	(8.683) (4.945)	(12.353) 28.472
Outras despesas	(3.861)	(1.749)
Outras despesas	(5.561)	(1.7 10)
g) Resultado com operações de resseguro (*)	(292.942)	(1.667)
Receita com resseguro	956.290	1.092.045
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	913.919	1.056.315
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	851	3.272
Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	(255)	1.950
Provisão de despesas relacionadas - PDR	40.440	30.508
Receita com participação	1.335	-
· · · ·		
Despesas com resseguro	(1.265.674)	(1.096.990)
Prêmios de resseguro - direto	(1.733.829)	(1.467.484)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(1.733.829) (76.580)	(1.467.484) (89.626)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados	(1.733.829) (76.580) 59.302	(1.467.484) (89.626) 71.420
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro – ajustes e reintegração	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro – ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro – ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro – ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com ressegi	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial.	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 umento de (429.145) (221.689) (134.638)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 (umento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 (umento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento Publicidade e propaganda	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847) (6.177)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 (umento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114) (3.294)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 (umento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento Publicidade e propaganda Outras despesas administrativas i) Despesas com tributos	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847) (6.177) (12.576)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 umento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114) (3.294) (6.175)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento Publicidade e propaganda Outras despesas administrativas i) Despesas com tributos COFINS	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847) (6.177) (12.576) (56.563) (40.022)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 umento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114) (3.294) (6.175) (87.586) (62.530)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento Publicidade e propaganda Outras despesas administrativas i) Despesas com tributos COFINS COFINS - Crédito tributário	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847) (6.177) (12.576) (56.563) (40.022) 342	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 umento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114) (3.294) (6.175) (87.586) (62.530) (4.308)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento Publicidade e propaganda Outras despesas administrativas i) Despesas com tributos COFINS COFINS - Crédito tributário PIS	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847) (6.177) (12.576) (56.563) (40.022) 342 (6.349)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 tumento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114) (3.294) (6.175) (87.586) (62.530) (4.308) (10.777)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento Publicidade e propaganda Outras despesas administrativas i) Despesas com tributos COFINS COFINS - Crédito tributário PIS PIS - Crédito tributário	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847) (6.177) (12.576) (56.563) (40.022) 342 (6.349) 56	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 tumento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114) (3.294) (6.175) (87.586) (62.530) (4.308) (10.777) (700)
Prêmios de resseguro - direto Prêmios de resseguro - cosseguro aceito Prêmios de resseguro cancelados Prêmios de resseguro restituídos Prêmios de resseguro — ajustes e reintegração Salvados e ressarcimentos Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro Outros resultados com resseguro (*) Variação ocorrida principalmente por aumento de despesa com resseguessão de prêmio no grupo patrimonial. h) Despesas administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Despesa com depreciação de arrendamento Publicidade e propaganda Outras despesas administrativas i) Despesas com tributos COFINS COFINS - Crédito tributário PIS	(1.733.829) (76.580) 59.302 34.457 2.397 (3.623) 452.201 16.442 uro ocasionada pelo a (522.813) (261.618) (171.819) (58.776) (11.847) (6.177) (12.576) (56.563) (40.022) 342 (6.349)	(1.467.484) (89.626) 71.420 22.575 (19.979) (1.658) 387.762 3.278 tumento de (429.145) (221.689) (134.638) (53.235) (10.114) (3.294) (6.175) (87.586) (62.530) (4.308) (10.777)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

j) Resultado financeiro	148.815	91.915
Receitas financeiras	474.679	380.438
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	76.192	32.026
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	80.659	105.594
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.094	25.194
Rendimentos equivalente de caixa	911	132
Juros de prêmios	3.881	3.884
Oscilação cambial e atualização monetária	278.155	203.149
Atualização monetária dos créditos tributários	1.545	1.331
Atualização monetária de depósitos judiciais	19.043	3.387
Outras receitas financeiras	10.201	5.741
Despesas financeiras	(325.864)	(288.523)
Oscilação cambial	(155.692)	(152.221)
Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar	(121.937)	(99.077)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(19.960)	(15.688)
Despesa com juros sobre arrendamento	(12.011)	(9.964)
Despesas financeiras de juros	(16.266)	(11.573)

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

		30/06/2022	30/06/2021			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social		
Lucro antes dos impostos e após participações	(77.651)	(77.651)	191.906	191.906		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	19.413	11.648	(47.964)	(28.786)		
Efeito – aumento da CSLL 15% para 20%	-	-	8.026	4.816		
Diferenças temporárias	17.076	10.226	(1.985)	(209)		
Diferenças permanentes	(1.285)	(258)	13.960			
Sinistros rurais	15.286		8.393	7.254		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	935	-		
Imposto de renda e contribuição social correntes	50.490	21.616	(18.635)	(16.925)		
Constituição/Reversão de crédito tributário	(17.076)	(10.226)	(16.419)	(12.069)		
Ajustes relativos a exercícios anteriores	3.882	732	. 5.549	3.465		
Ajustes relativos a exercício corrente	-	-	490	-		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	37.295	12.122	(29.015)	(25.529)		
Alíquota efetiva (%)	48%	16%	15%	13%		

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	31/12/2021	Constituições	Reversões	30/06/2022
Tributos a compensar	102.402	5.951	(41.238)	67.500
PIS /COFINS s/ PSL e IBNR	40.555	1.199	· · · · · ·	41.754
Tributos retidos na fonte	1.797	628	(45)	2.380
Total circulante	144.754	7.778	(41.283)	111.634
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	127.358	-	(3.723)	123.635
Contingências cíveis	16.254	5.629	(8.010)	13.873
Provisão para riscos de crédito	62.971	70.973	(69.820)	64.124
Provisão para participação nos lucros	10.604	84.836	(88.848)	6.592
Contingências trabalhistas	19.111	2.441	(2.630)	18.922
Arrendamento mercantil	11.874	9.543	(13.990)	7.427
Outras provisões	13.704	-	(13.704)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Total não circulante	1.053.667	296,550	(201.145)	1.149.072
PIS/COFINS s/ PSL e IBNR	36.580	-	(420)	36.160
Prejuízo fiscal e base negativa	646.364	76.116	-	722.480
Ajustes de títulos a valor justo TVM	108.847	47.012	-	155.859

Ativo	31/12/2020	Constituições	Reversões	30/06/2021
Tributos a compensar	100.414	10.048	-	110.462
PIS/COFINS s/ PSL e IBNR	39.795	-	(3.416)	36.379
Tributos retidos na fonte	4.863	634	(3.501)	1.996
Total circulante	145.072	10.682	(6.917)	148.837
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	135.228	-	(130)	135.098
Contingências cíveis	20.932	8.584	(14.022)	15.494
Provisão para riscos de crédito	73.602	27.430	(30.880)	70.152
Provisão para participação nos lucros	22.135	44.991	(59.273)	7.853
Contingências trabalhistas	23.085	3.280	(3.803)	22.562
IFRS 16	-	12.085	-	12.085
Outras provisões	16.295	6.126	-	22.421
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(60.834)	118.685	(11.924)	45.927
Prejuízo fiscal e base negativa	644.034	2.436	(15.540)	630.930
PIS/COFINS s/ PSL e IBNR	42.367	-	(1.592)	40.775
Total não circulante	916.844	223.617	(137.164)	1.003.297

As constituições dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, estimativa de rentabilidade futura e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

Ano	%		
2023	7,22%		
2024	9,41%		
2025	12,69%		
2026	13,67%		
Anos subsequentes – até 2030	57,01%		
Total	100.00%		

31. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 1.157 (R\$ 1.133 em 31 de junho de 2021).

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas do GRUPO MAPFRE, empresas que compõem o Conglomerado do Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 — Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem, também, operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO MAPFRE, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE *Global Risks Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros* S.A, MAPFRE RE *Compañia de Reaseguros* S.A e MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

			30/06/2022 31/12/2021			30/06/2021			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Banco do Brasil S.A. (6)	Empresa ligada	180.541	-	-	-	19.824	-	-	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (5)	Empresa ligada	-	-	-	-	-	98	-	-
Banco Votorantim S.A. (5)	Empresa ligada	-	-	-	-	14	-	-	-
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (5)	Empresa ligada	7	-	6	-	7	-	-	-
Brasilseg Companhia de Seguros (5)	Empresa ligada	0	-	127	(9)	13	-	-	-
Clube Previvida de Seguridade (5)	Empresa ligada	13	128	2	(1)	13	246	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (5)	Empresa ligada	-	39	-	(0)	-	36	-	-
Companhia Energética de Pernambuco (5)	Empresa ligada	-	287	-	(3)	-	259	-	-
Ligth Serviços de Eletricidade S.A. (5)	Empresa ligada	4	-	4	-	-	-	-	-
MAPFRE Aconcagua	Empresa ligada	275	-	-	-	275	-	-	-
MAPFRE Administradora de Consórcio S.A. (1)/(5)	Empresa ligada	164	1	512	-	159	4	-	-
MAPFRE Assistência Ltda. (1)/(2)/(5)	Empresa ligada	105	0	573	(15.329)	184	-	1.454	(12)
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)/(5)	Controladora indireta	-	2.395	132	(14.551)	-	2.709	153	(15.207)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	Empresa ligada	13.521	191	12.153	(19.594)	13.224	126	11.324	(17.115)
MAPFRE Global Risks Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (4)	Empresa ligada	4.919	-	-	-	5.260	-	-	(389)
MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (1)	Empresa ligada	51	0	165	-	31	5	-	-
MAPFRE Investimentos Ltda.(1)/(5)/(7)	Empresa ligada	22	5.419	141	(13.429)	-	3.217	-	-
MAPFRE Paraguai	Empresa ligada	283	-	-	-	326	-	-	-
MAPFRE Participações S.A. (9)	Controladora direta	-	31.704	-	-	-	31.704	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	283	79	393	(1.157)	311	73	1.768	(1.549)
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. (4)	Empresa ligada	1.239.415	472.928	460.241	(503.630)	1.127.42 3	190.473	354.509	(167.829)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	Empresa ligada	950.169	323.532	343.099	(345.854)	868.155	182.639	263.929	(161.013)
MAPFRE Saúde Ltda.(1)/(8)	Empresa ligada	-	107	-	(445)	-	132	-	-
MAPFRE Uruguai	Empresa ligada	12	-	-	-	45	-	-	-
MAPFRE Tech (10)	Empresa ligada	-	-	-	(22.715)	-	4.007	-	-
MAPFRE Vida S.A. (1)/(5)	Empresa ligada	6.432	157	7.683	(1.320)	3.720	346	36.279	(2.076)
Neonergia S.A. (5)	Empresa ligada	336	115	317	(13)	199	147	-	-
Neoenergia Serviços Ltda. (5)	Empresa ligada	4	-	18	-	-	-	-	-
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	Empresa ligada	34	2	110	-	66	5	194	(24)
Transportadora de Valores Brasil Forte Ltda. (5)	Empresa ligada	-	-	-	-	18	-		
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	Empresa ligada	-	405	-	(142)	-	193	227	(182)
Demais empresas (5)	Empresa ligada	-	-	-	-	-	-	626	(6)
Total		2.396.590	837.489	825.676	(938.192)	2.039.26 7	416.419	670.463	(365.402)

¹⁾ Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

- c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.
- 2) Refere-se a serviços com serviços de assistência 24h.
- 3) Refere-se a compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.
- 4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.
- 5) Refere-se as atividades operacionais da Seguradora.
- 6) Saldos de contas correntes.
- 7) Despesa com taxa de administração de investimentos.
- 8) Refere-se à convênio odontológico.
- 9) Refere-se à distribuição de dividendos que serão revertidos a reserva de investimentos.
- 10) Empresa de sistemas de tecnologia da Espanha.

. .

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

a) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração da Administração é estabelecida anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes de R\$ 1.677 e R\$ 4.073 (R\$ 3.166 e R\$ 6.547 em 31 de junho de 2021) são referentes à remuneração e bônus.

A Seguradora não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 432/2015, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora.

34. Eventos subsequentes

Foi anunciada em agosto de 2022 uma parceria com a XP Inc. e GRUPO MAPFRE onde passamos a compor o *marketplace* da XP Seguros com o inovador produto *Bién Vivir.*

MAPFRE Participações S.A. CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

Diretoria

Felipe Costa da Silveira Nascimento Antonio Clemente Campanário Denia de Moura Francisco Eugenio Labourt Luiz Fernando Padial de Camargo Orlando Eliecer Ibarra Campo Raphael Bauer de Lima Roberto Junior de Antoni Simone Pereira Negrão

Contadora

Tálita de Fiume CRC 1SP 333939/O-0

Atuária

Vera Lúcia Fernandes Lopes MIBA 817

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.

É constituído por quatro membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avaliam, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente e fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e de controles internos e auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, o sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e debateu seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- A Auditoria Externa é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- c) As demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 30 de junho de 2022 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo (SP), 29 de agosto de 2022.

Ana Carolina Iervolino Pereira Mello

Membro titular

Edgar Jabbour

Membro Titular

Francisco Petros Oliveira Lima Papaathanasiadis

Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue

Coordenador e Membro Titular